



OBRAS PÚBLICAS

Planejamento de obras e serviços de engenharia, para Administração Direta e Estatais



RAFAEL JARDIM

#EU
ME
IMPORTO

16
HORAS
de capacitação

Estudo Técnico Preliminar, Orçamento, Projeto Básico e Termo de Referência para Manutenção Predial.

APRESENTAÇÃO

Leis 14.133/2021 e 13.303/2016 e com elas, novas ferramentas, conceitos, terminologias e desafios. A Lei das Estatais já propõe a melhora da governança para toda a empresa pública e sociedade de economia mista. A Nova Lei de Licitações, propondo a aplicação concreta de diversos conceitos de governança, especificamente para as licitações e os contratos. Em todas elas, uma grande importância à etapa de planejamento! ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICO PRELIMINARES, PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO, GESTÃO DE RISCOS; afora toda a técnica para a construção do ORÇAMENTO e elaboração de PROJETOS!

Este seminário, pois, propõe ao participante o acesso prático, contextualizado e organizado aos mais variados tópicos relacionados a todas essas novidades, especificamente voltadas à etapa de planejamento da contratação: Plano Anual de Contratações, Estudos Técnico-Preliminares, Gestão de Riscos, orçamento, contratação e elaboração do projeto descomplicando todas as novidades alçadas pela Nova Lei de Licitações e Contratos. Sem esquecer dos detalhes para a elaboração do termo de referência dos contratos de manutenção predial.

Elaboração passo-a-passo de um Estudo Técnico Preliminar em obra pública, exemplos concretos de avaliação de riscos de empreendimentos, conceito e implicações do novo termo "Obras comuns de engenharia"; consequências da nova definição de "obras públicas"; princípios legais impactantes na



execução de obras e serviços de engenharia; licitações de e serviços de engenharia “apenas” com termo de referência ou com projeto básico simplificado; contratação integrada, semi-integrada e fornecimento com prestação de serviço associado; novos critérios de julgamento; disposições sobre orçamento de obras públicas; Procedimento de Manifestação de Interesse para a elaboração de projetos; o anteprojeto da contratação integrada e semi-integrada; nova terminologia para o projeto executivo; termo de referência para contratação de manutenção predial; TUDO ISSO E MUITO MAIS!!!

Mais que uma apresentação passo a passo das principais novidades da nova lei sobre o planejamento de obras públicas e elaboração de projetos, o treinamento pretende clarificar um standart de raciocínio para a solução dos problemas que rodeiam o tema – envolvendo a necessária relação entre engenharia, arquitetura e direito administrativo –, capaz de suportar a solução das mais variadas situações que fatalmente irão surgir no dia-a-dia dos agentes públicos que militam no planejamento e elaboração de projetos em obras públicas.

Aos fiscais, membros de comissão de licitação, orçamentistas, projetistas e gestores um compêndio historiado das trilhas legais para o bom e regular emprego de recursos públicos em obras públicas. Aos operadores do direito, uma extensa lista de construções factuais indispensáveis à correta subsunção jurídica de casos concretos nessa área.

OBJETIVOS DO CURSO

- Situar os participantes quanto às principais etapas de planejamento de licitações e contratos de acordo com as Leis 14.133/2021 e 13.303/2016;
- Desenvolver uma visão crítica de um padrão de raciocínio legal para a solução dos problemas que rodeiam o planejamento de obras públicas segundo a nova lei, capaz de suportar a solução de situações gerais do dia-a-dia administrativo.
- Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas.

PÚBLICO ALVO

- Fiscais de contratos, lideranças administrativas interessadas em conhecer o passo a passo para do planejamento e controle da Nova Lei de Licitações e Contratos;
- Servidores públicos da área demandante, da área técnica e do setor de licitações e contratos participam das diversas etapas do planejamento da licitação;
- Profissionais de controle interno e externo;
- Membros de comissão de contratação e agentes de contratação, para robustecimento e melhor gestão de risco dos processos licitatórios;
- Consultores jurídicos advogados, ordenadores de despesa, orçamentistas de obras públicas, engenheiros, arquitetos;
- Estudiosos no tema “Planejamento”; “Confecção do Termo de Referência e do Projeto Básico”; e “Pesquisa de Preços”.



CARGA HORÁRIA
16 horas

(durante 02 dias corridos)

ESPECIALISTA



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é dirigente do TCU por mais de dez anos. Ex-Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte.

Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4ª Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática”, “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”.

No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e, também, de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014.

Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina.

Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO

Princípios basilares da Lei 14.133/2021

Hermenêutica aplicada à interpretação dos institutos da Nova Lei de Licitações e Contratos.

Visão geral sobre responsabilidade na Lei 14.133/2021.

Discricionariedade, motivação e dever vinculado na nova Lei de Licitações e Contratos

NOVAS DEFINIÇÕES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Agente de contratação

Requisitos de investidura

Pregoeiro

Compra

Serviço

Obra

Serviço comum

Serviço especial

Serviço de engenharia

Concorrência

Pregão

PLANEJAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS SEGUNDO A NLL

Definição

Etapas obrigatórias de planejamento

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Conceito

Objetivos

Relação do PAC com a governança estratégica do órgão ou entidade

Obrigatoriedade ou não da realização do PAC

Comparação da NLL com a IN-ME 01/2019

Competências para a realização

Prazos de apresentação

Consequências em caso de atraso

Procedimentos necessários para a alteração do PAC



ESTUDO TÉCNICO-PRELIMINAR EM OBRAS PÚBLICAS

Definição

Histórico legislativo e regulamentar do ETP

Obrigatoriedade do ETP

Discrecionalidade administrativa, motivação e ETP

Quem deve elaborar o ETP?

Definição de Estudos de Viabilidade de obras públicas e serviços de engenharia

- Viabilidade Técnica

- Viabilidade financeira

- Viabilidade econômica

- Viabilidade Ambiental

Diferença para ETP na etapa de projeto de obras e na etapa anterior ao edital para a execução

Casos de “dispensa” de ETP

Eventual responsabilidade dos autores do ETP

Descrição da necessidade da realização da obra

Previsão da contratação no PAC (Plano Anual de Contratações)

Requisitos da contratação

Estimativas de quantidades

Estimativas de valor

Levantamento de mercado

Descrição da solução

Justificativas de parcelamento e aspectos gerais pré-licitatórios

Demonstrativo de resultados

Contratações correlatas ou interdependentes

Providências anteriores à contratação

Descrição de possíveis impactos ambientais

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade

GESTÃO DE RISCOS DE OBRAS PÚBLICAS

- Definição de riscos

- Obrigatoriedade da gestão de riscos em obras públicas

- Eventuais responsabilidades sobre a omissão da gestão de riscos em obras públicas

- Responsabilidade pela gestão de riscos, segundo a Nova Lei de Licitações e Contratos

- Quando devem ser empreendida a identificação de riscos em obras públicas

- Riscos segundo o COSO-ERM e a ABNT-ISO 31.000

- Tipos de risco

 - Riscos estratégicos



Riscos operacionais

Riscos de informação

Riscos de conformidade

Mapa de riscos x matriz de riscos: diferença

Riscos licitatórios e riscos de execução/fiscalização

Identificação, tratamento, priorização, resposta, controle e monitoramento de riscos de obras públicas e serviços de engenharia

Exercício prático de gestão de riscos em obras públicas

ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Anteprojeto elementos mínimos para contratações integradas e semi-integradas

Projeto básico: elementos mínimos e diferenças para a Lei 8.666

Projeto executivo: definições e obrigatoriedade

Contratação de projetos: menor preço ou técnica e preço

Fiscalização e acompanhamento de projetos

Responsabilidade objetiva da projetista

Responsabilidade do fiscal quanto a erros do projeto

Detalhamento obrigatório/optativo do orçamento nas novas soluções de projeto nas contratações integradas e semi-integradas

Detalhamento do orçamento nas contratações integradas e semi-integradas

Contratação de projetos via PMI

Crime de Omissão grave de dado ou de informação por projetista

ORÇAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA NLL

Definições de sobrepreço e superfaturamento na nova lei

Parâmetros de referência de preços de mercado: o que há na NLL sobre o Sinapi e o Sicro?

Aplicabilidade do Decreto 7983/2013

Custo Direto, Custos indiretos e BDI: mudou alguma coisa?

Aplicabilidade do Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário nas referências de BDI na nova Lei

Oneração e desoneração de mão de obra na nova lei

Encargos sociais e impacto das novas disposições legais

Orçamento de itens novos segundo a NLL

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Diferenças entre manutenção, restauração e reforma

Possibilidade de realização de “pequenas reformas” em contratos de manutenção

Manutenção preditiva, preventiva e corretiva: diferenças



Formas de medição de serviços e modelagens possíveis de contratação
Vantagens e desvantagens da dedicação exclusiva de mão de obra
Vantagens e desvantagens da dedicação exclusiva de mão de obra
Vantagens e desvantagens de pagamentos por demanda de serviços
Dimensionamento de quantitativos de materiais: como enfrentar a incerteza
Utilização do desconto sobre a tabela Sinapi
Pagamento de serviços que não constam do Sinapi
Modelo de execução do objeto
Modelo de gestão do contrato
Condições de medição e pagamento
O que constar de ordens de serviço
Acordos de Nível de Serviço em contratos de manutenção
Plano de manutenção preventiva
Prorrogação dos contratos
Reajustes e repactuações em contratos de manutenção predial
Uso de Sistema de Registro de Preços
Referências de custo de mão de obra para contratos de manutenção predial
As três parcelas do orçamento de manutenção predial: parcela de mão de obra em dedicação exclusiva; materiais; e serviços avulsos.
Jurisprudência do TCU

INVESTIMENTO



R\$ 3.190,00

(três mil, cento e noventa reais)

- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes. Entre em contato com nossas consultoras.

- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).



DATA



16 E 17 DE NOVEMBRO DE 2023
FOZ DO IGUAÇU/PR

Início 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30;
Intervalo de 01h00 para almoço;
Coffee Break às 10h00 e às 16h00.

MATERIAL INCLUSO

- Material de Apoio: apostila com conteúdo a ser ministrado, caneta, lapiseira, marca texto e bloco.
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório;
- 04 coffee breaks;
- 02 almoços;

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de Connect On Marketing de Eventos Eireli, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco n° 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9



Banco n° 341
Ag. 0615
C/C 21708-0



Banco n° 237
Ag. 5720
C/C 342.760-9





**Se preferir, entre em contato com nossa
central de relacionamento:**

 (41) **3068-3858**

 (41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

    @contreinamentos